

# JEAN-JACQUES ROUSSEAU: BREVE ANÁLISE DAS PRINCIPAIS OBRAS

## JEAN-JACQUES ROUSSEAU: BRIEF ANALYSIS OF THE MAIN WORKS

## JEAN-JACQUES ROUSSEAU: BREVE ANÁLISIS DE LAS PRINCIPALES OBRAS

Lilian Fávaro Alegrâncio Iwasse<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Emerson Pereira Branco<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Marcelo de Oliveira<sup>3</sup>

Fundação de Apoio ao campus de Paranavaí (Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí) – FAFIPA

### Resumo

Jean-Jacques Rousseau, historicamente considerado um dos maiores intelectuais do século XVIII, deixou um legado de obras que envolvem diferentes áreas, como a política, a educação, a sociedade, as artes, entre outras. Nesse sentido, por meio de revisão bibliográfica, o presente trabalho tem por objetivo compreender brevemente alguns de muitos escritos de Rousseau, destacando-se principalmente o *Discurso sobre as ciências e as artes*, o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, *Do contrato social* e, por fim, *Emílio ou Da Educação*, visando compreender como essas obras foram relevantes para a área da educação. Para tanto, considerou-se o momento histórico em que o autor se insere, marcado pelo movimento cultural característico do pensamento europeu denominado Iluminismo, ou Século das Luzes, o qual refletiu o contexto político e social do século XVIII. Conclui-se, assim, que Rousseau – com as ideias contidas em suas

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Ensino pelo programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual do Paraná ? UNESPAR, campus de Paranavaí, área do conhecimento Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR. Possui Especialização em: Arte-Educação e arteterapia no ambiente escolar; Administração, Supervisão e Orientação Educacional; Psicopedagogia Institucional e Clínica; Educação Especial: Atendimento as Necessidades Especiais. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2003) e Letras/ Inglês - PARFOR pela Universidade Estadual de Maringá. Atua como Pedagoga na Educação Infantil e Ensino fundamental (anos iniciais) no município de Nova Esperança/PR e como Professora colaboradora pelo Colegiado de Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - campus Paranavaí).

<sup>2</sup> Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí. Professor PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE 2019 - UNICENTRO. Possui graduação em Ciências Ensino Fundamental/Habilitação Matemática pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2003) e graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (2008). É especialista em Educação e Gestão Ambiental. É professor de Matemática - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Trabalhou no cargo de Diretor do Colégio Estadual São Vicente de Paula de Nova Esperança-PR entre janeiro de 2012 e abril de 2019. Atualmente é Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí. Graduando do curso de Design de Interiores.

<sup>3</sup> Mestrando em Educação Física. Graduado em Educação Física pela Fafipa - Campus Paranavaí.

obras – influenciou não apenas a sociedade da época, como também a história da Educação, impactando nas correntes pedagógicas e nas gerações de intelectuais dos séculos seguintes, perdurando até a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Obras de Jean-Jacques Rousseau; Influências na Educação; Correntes Pedagógicas; Intelectuais; Contemporaneidade.

## Abstract

Jean-Jacques Rousseau, historically considered one of the greatest intellectuals of the eighteenth century, left a legacy of works involving different areas, such as politics, education, society, the arts, among others. In this sense, through a bibliographic review, the present work aims to briefly understand some of Rousseau's many writings, especially the Discourse on the Sciences and the Arts, the Discourse on the Origin of Inequality among men, the Social contract and, finally, Emilio or Education, aiming to understand how these works were relevant to the area of education. To this end, we considered the historical moment in which the author is part of, marked by the cultural movement characteristic of European thought called Enlightenment, or Century of Lights, which reflected the political and social context of the eighteenth century, impacting on the pedagogical currents and generations of intellectuals of the following centuries, lasting until contemporaneity.

**Keywords:** Works by Jean-Jacques Rousseau; Influences on Education; Pedagogical Currents; Intellectuals; Contemporaneity.

## Resumen

Jean-Jacques Rousseau, considerado históricamente uno de los más grandes intelectuales del siglo XVIII, dejó un legado de obras que involucran diferentes áreas, como la política, la educación, la sociedad, las artes, entre otras. En este sentido, a través de una revisión bibliográfica, este trabajo pretende comprender brevemente algunos de los múltiples escritos de Rousseau, destacando principalmente el Discurso sobre las ciencias y las artes, Discurso sobre el origen de la desigualdad entre los hombres, Sobre el contrato y, finalmente, Emílio o el de la Educação, con el objetivo de comprender como estos trabajos eran relevantes para el campo de la educación. Para ello, se consideró el momento histórico en el que se inserta el autor, marcado por el movimiento cultural característico del pensamiento europeo denominado Ilustración, o Siglo de las Luces, que reflejó el contexto político y social del siglo XVIII. Se concluye, por tanto, que Rousseau -con las ideas contenidas en sus obras- influyó no solo en la sociedad de la época, sino también en la historia de la Educación, impactando corrientes pedagógicas y generaciones de intelectuales en los siglos siguientes, perdurando hasta la contemporaneidad.

**Palabras llave:** Obras de Jean-Jacques Rousseau; Influencias en la educación; Corrientes pedagógicas; Intelectuales; Tiempo contemporáneo.

## INTRODUÇÃO

Jean-Jacques Rousseau, renomado pensador francês do século XVIII, nasceu em 1712, na cidade de Genebra, e faleceu no ano de 1778, em Ermenonville. Defendeu com afinco a tese de que o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Suchodolski (2002) afirma que Rousseau deu desenvolvimento à ideia de que o ser humano é



naturalmente bom, desse modo, a educação não deve ir contra ele para formá-lo. Além disso, influenciou-se pelo movimento cultural característico do pensamento europeu denominado Iluminismo, ou Século das Luzes, o qual reflete o contexto político e social da época, destaca-se que o referido movimento não abrangeu somente o pensamento filosófico, mas também as artes, sobretudo a literatura, as ciências, a teoria política e a doutrina jurídica (MARCONDES, 2007).

Rousseau denunciou a opressão e a exploração a que o ser humano foi submetido dentro da organização social em que esteve inserido.

Os incitamentos de Rousseau para retornar ao estado natural eram um apelo revolucionário para abolir este regime, para confiar na vida que brota espontaneamente nos homens livres de entraves, era uma afirmação que desdém pelas pessoas 'bem-educadas' (SUCHODOLSKI, 2002, p. 31).

Em outras palavras, observa-se que, no campo educacional, o foco centra-se na valorização da experiência individual da criança, tendo em vista que essa era considerada a própria fonte da educação. Suchodolski (2002), ao trilhar os caminhos definindo as grandes correntes filosóficas, identifica-as como fundamentais, pois a Pedagogia da Essência baseia-se na essência do ser humano, enquanto a Pedagogia da Existência tem como base a existência do ser humano. O autor expõe também a Pedagogia da Essência como antiga, apresentando-se primeiro e assentada numa concepção ideal do ser humano, tendo como referência o racionalismo de Platão e o cristianismo de São Tomás de Aquino. Já a Pedagogia da Existência, mais tardia, concebe o ser humano tal como é, e não como deveria ser, ideias percebidas em Rousseau e, posteriormente, em Kierkegaard.

Nessa perspectiva, o autor adverte que "A pedagogia da existência, que Rousseau defendia, tinha como mira a cultura da aristocracia feudal, cultura a caminho de se petrificar, cultura superficial, cultura de *élite*, tinha por objetivo um ideal que prejudicava a vida de todos os outros homens" (SUCHODOLSKI, 2002, p. 43). Rousseau (1995) apresenta seu posicionamento ao afirmar que o pobre não precisaria de educação, assim, para educar, orienta a escolha de um rico. Como consequência de suas ideias, em especial no que concerne ao seu posicionamento crítico e contestador à sociedade, à política da época e sua defesa ao individualismo, Rousseau é perseguido e precisa exilar-se. Suas obras *Do contrato social* e *Emílio ou Da Educação* são condenadas por serem consideradas polêmicas.

No dia 11 de julho de 1762 a obra foi queimada em Paris e, junto com o *Contrato social*, foi incinerada também em Genebra; a 1º de julho Rousseau se tornou *persona non grata* pelo governo de Berna; em novembro, a



Sorbonne executou a condenação oficial do *Emílio* (MORETTO, 1986, p. 7 apud OLIVEIRA, 2012, p.18, grifos do autor).

Mesmo diante desse cenário, Jean-Jacques Rousseau foi considerado um grande intelectual, escreveu para diferentes áreas como o jornal, a política, a educação e as artes, por meio das composições de óperas e peças teatrais. Nesse sentido, o presente estudo apresenta como objetivo compreender alguns de muitos escritos de Rousseau, destacando, principalmente, o *Discurso sobre as ciências e as artes*, o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, *Do contrato social* e, por fim, *Emílio ou Da Educação*. Propositamente, a última obra será discutida em tópico específico, pois ao direcionar a análise para a educação, esta requer maior compreensão diante da complexidade das questões que a envolve.

Nessa perspectiva, o artigo desenvolve-se por meio de uma revisão bibliográfica que, segundo Gil (2002, p. 44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, a pesquisa sustenta o estudo em autores como Rousseau (1978; 1995; 1999; 2000); Strathern (2004); Espíndola (2012); Saviani (2009; 2013); Duarte (2016); Oliveira (2012); Suchodolski (2002); Romani e Rajobac (2011); Ribeiro (2001); Lopes (2012), dentre outros.

A exposição da temática, para melhor desenvolvimento da análise, organiza-se em três momentos (além da introdução). Primeiro realiza-se o estudo das obras, compreendendo o retorno da natureza à propriedade e a emergência de um contrato social, apresentando o posicionamento de Rousseau para a organização política e social daquele momento histórico, mais precisamente o século XVIII. No segundo momento, são abordados os estudos da obra *Emílio ou Da Educação*, em que o autor expõe seu pensamento e ideias pedagógicas, ressaltando a importância de uma educação de qualidade para a formação do ser humano enquanto cidadão. Por fim, apresenta-se a influência do autor para as ideias pedagógicas contemporâneas, bem como promove-se uma discussão sobre as implicações das correntes pedagógicas contemporâneas para a formação do ser humano, mais especificamente sobre a democratização do conhecimento.

## **DO RETORNO À NATUREZA À PROPRIEDADE, POR MEIO DE UM CONTRATO SOCIAL**

As provocações de Rousseau voltam-se para o regime feudal e à cultura da época, assim, em suas obras, manifesta sua revolta. No entanto, alguns elementos estruturam suas obras, sendo eles as relações entre a natureza e a sociedade, a moral com fundamentos na liberdade, bases no sentimento sobre a razão, tese de um homem fundado



na teoria da bondade natural e princípio de um contrato social.

Em 1950, Rousseau recebe seu primeiro prêmio ao responder negativamente à questão se o progresso da ciência e das artes teria contribuído para aprimorar os costumes. Resultado de um concurso da Academia de Dijon, em que os candidatos deveriam escrever sobre o tema: “O reestabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?” (ROUSSEAU, 1978, p. 323).

No *Discurso sobre as ciências e as artes*, o elemento mais importante é o retorno à natureza, em que o autor relaciona a natureza e a sociedade, pois há uma oposição entre a natureza do homem e os acréscimos da civilização. Podemos constatar na citação de Rousseau (2000, p. 191), “[...] antes que a arte polisse nossas maneiras e ensinasse nossas paixões a falarem a linguagem apurada, nossos costumes eram rústicos, mas naturais [...]”, que o autor viu a sociedade como responsável pela degeneração moral do ser humano, ao propor comportamentos uniformes. Nessa obra, Rousseau faz uma crítica sobre a ciências e as artes, uma vez que ele deixa evidente, linha após linha, que as ciências e as artes são prejudiciais para a sociedade, uma vez que da maneira que são estabelecidas na sociedade, elas contribuem para corromper a moral dos homens.

Se a cultura das ciências é prejudicial às qualidades guerreiras, ainda o é mais às qualidades morais. Desde os nossos primeiros anos, uma educação insensata orna o nosso espírito e corrompe o nosso julgamento. Vejo, por toda parte, imensos estabelecimentos onde se educa a juventude por preços exorbitantes, para lhe ensinar todas as coisas, exceto os seus deveres. Vossos filhos ignoram a sua própria língua, mas falarão outras que não se usam em parte alguma; saberão fazer versos que mal poderão compreender; sem saber separar o erro da verdade, possuirão a arte de os tornar irreconhecíveis aos outros por meio de argumentos especiosos; mas, as palavras magnanimidade, equidade, temperança, humanidade, coragem, eles não saberão o que são; o doce nome de pátria jamais lhes impressionará os ouvidos; e, se ouvirem falar de Deus, será menos por apreendê-lo do que por temê-lo (ROUSSEAU, 2000, p. 209).

Espíndola (2012) compreende que, nesse discurso, Rousseau denuncia a dissolução dos costumes por meio de ações como mentira, falsidade e ausência de transparência, condena também o descaso com a virtude à exaltação das falsas virtudes; ressalta o fomento e disseminação das vãs especulações, lamenta, sobretudo, o abandono da vida simples para introduzir o luxo, causando, dessa maneira, uma “[...] digressão sobre a educação” (ROUSSEAU, 2000, p. 177). Destaca-se, portanto, que ao defender a educação, Rousseau (1995, p. 10) afirma: “[...] tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação”.

Nesse horizonte, ressalta a importância de uma educação voltada para a valorização



do cidadão, do ser humano proficiente preparado para o futuro, “[...] sei que é preciso ocupar as crianças e que a ociosidade constitui para elas o maior dos perigos a evitar [...] Que aprendam o que devem fazer sendo homens e não o que devem esquecer” (ROUSSEAU, 2000, p. 210).

Rousseau mostra, em vários momentos, que o advento das ciências e das artes promove também o esvaziamento dos conteúdos clássicos que eleva o conhecimento do homem, “[...] não se pergunta mais a um homem se ele tem probidade, mas se ele tem talento; nem de um livro se é útil, mas se é bem escrito” (ROUSSEAU, 2000, p. 210), e ainda acrescenta: “Temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos, poetas, músicos, pintores; não temos mais cidadãos ou, se restam alguns deles dispersos pelos nossos campos abandonados, lá perecem indigentes e desprezados” (ROUSSEAU, 2000, p. 210).

Compreende-se que Duarte (2016) elucida esse processo ao defender que a ciência e a arte se apresentam como duas formas distintas de refletir a sociedade, as quais emergem da vida cotidiana e nas formas subjetivas que geram essas atividades, constituindo-se como bases para o pensamento científico e da sensibilidade artística. Para tanto, a ciência e a arte precisariam ser exploradas para além das aparências, do imediato e do supérfluo, com uma visão simplista, direta e mecânica, em outras palavras, condição para que a ciência e a arte, de fato, cumpram seu papel de formação humana.

Assim, ao concluir o *Discurso sobre as ciências e as artes*, o autor utiliza-se de duas figuras importantes para a história de um povo: a do “o rei e do sábio”, em que o primeiro teria o poder de fazer, e o segundo de instruir, pois todos os sábios, ao transmitirem seus conhecimentos/sabedoria para a humanidade, estariam contribuindo para a felicidade do povo, mas enquanto estes estivessem sozinhos “[...] os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes, mas raramente farão belas coisas e os povos continuarão a ser objetos, corrompidos e infelizes” (ROUSSEAU, 2000, p. 214).

Faz-se necessário compreender que Rousseau falou das ciências e das artes pensando em seu tempo, que ele não as negou em seu sentido absoluto, mas sim da maneira que foram postas naquela sociedade, perdurando assim até os dias atuais, uma vez que as ciências e as artes podem ser comparadas ao comportamento, pois com sua aparência resplandecente, podem ser somente máscaras da vaidade e do orgulho, assim como a polidez e as demais regras da etiqueta podem esconder o mais vil e impiedoso egoísmo (ROUSSEAU, 2000).

Espíndola (2012, p. 131) afirma que Rousseau “[...] identifica um nexos, porém, entre o Renascimento e avanços destas e a eclosão dos males morais, políticos, e econômicos,



na medida que não cumprem os propósitos que lhes caberiam”. Dessa maneira, reportarmo-nos ao esvaziamento por parte das artes, letras e ciências, que “[...] estão entrelaçadas como guirlandas de flores em volta das correntes de ferro que oprimem os homens” (STRATHERN, 2004, p. 12). A ideia de Rousseau consiste em combater os abusos, as mentiras e o confinamento ao qual o homem é exposto sem perceber.

Para compreender como a sociedade está fundada, sendo os povos considerados como objetos, corrompidos e infelizes, condição também provocada pela desigualdade que Rousseau aborda em sua obra *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. O discurso é escrito entre 1753 e 1754 para o concurso da Academia de Dijon, em que o tema proposto envolve a questão: “Qual a origem da desigualdade entre os homens e será ela permitida pela lei natural?”, e este não foi premiado pela academia.

Nesse cenário, Rousseau apresenta como elemento mais importante o conhecimento do homem, sua moral com fundamentos na liberdade, como anunciado no início desse discurso “[...] é do homem que devo falar e a questão que examino me diz que vou falar a homens pois, não se propõem questões semelhantes quando se tem medo de honrar a verdade” (ROUSSEAU, 1999, p. 51). O elemento funda-se em dois princípios: a desigualdade natural ou física, estabelecida pela natureza, como idade, saúde, qualidades do espírito e da alma, entre outras; e a desigualdade moral ou política, que envolve a convenção consentida pelo homem, em que poucos possuem privilégios em detrimento dos prejuízos aos demais (ROUSSEAU, 1999).

Para tanto, Rousseau (1999) divide a obra em cinco estágios: 1) estado de natureza e primeiros progressos, em que o autor expõe que o progresso nasce das dificuldades apresentadas ao homem no meio natural, surgindo os primeiros compromissos mútuos; 2) idade do ouro, assim considerada porque os homens progredem no desenvolvimento da sociedade a partir da constituição das famílias, do desenvolvimento da forma de propriedade a partir da habitação e do desenvolvimento psicológico, com o aparecimento do amor conjugal, paternal, e sobretudo a diferenciação econômica dos sexos; 3) primeiro progresso da desigualdade, a propriedade consiste na primeira grande desigualdade, evidenciando os ricos e os pobres, fazendo do homem um escravo de suas necessidades e de seus semelhantes, para tanto, juntamente com a formação da sociedade faz-se necessária a criação das leis; 4) segundo progresso da desigualdade, os magistrados, devido às leis não serem suficientes há a necessidade de os magistrados observarem as deliberações do povo, produzindo assim a segunda grande desigualdade, a dos poderosos e a dos fracos; 5) e por fim o terceiro e último progresso da desigualdade, o despotismo, o



último estágio é marcado pela mudança de poder legítimo em poder arbitrário, legitimando a terceira grande forma de desigualdade: a do senhor e a do escravo (ROUSSEAU, 2000).

Nesse contexto, mesmo o homem apresentado como elemento central na obra, o autor destaca a propriedade como o segundo componente importante nesse discurso, pois é a partir da posse de propriedade que surgem as desigualdades. Para desenvolver a ideia desse discurso, Rousseau parte do estado de natureza original da humanidade, pois assim compreenderiam as transformações ocorridas nesse estado: assimilar e propalar as desigualdades que ele constata no homem enquanto ser social. Rousseau aborda essa temática na primeira parte de seu discurso, “[...] por importante que seja, para bem julgar o estado natural do homem, considerá-lo desde sua origem e examiná-lo, por assim dizer, no primeiro embrião da espécie” (ROUSSEAU, 1999, p. 57).

No entanto, ressalta-se que Rousseau distingue homem de animais, salientando, dentre muitas qualidades, a de aperfeiçoar-se, como é possível constatar na citação a seguir:

[...] haveria, uma outra qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo (ROUSSEAU, 1999, p. 64-65).

Rousseau (1999), ao destacar a capacidade do ser humano de aperfeiçoar-se ao longo dos tempos, também levanta a questão da busca da perfeição, recorrendo à comunicação. Desse modo, “[...] sendo possível conceber-se como um homem teria podido, unicamente por suas forças, sem o auxílio da comunicação e sem a premência da necessidade, vencer intervalo tão grande” (ROUSSEAU, 1999, p. 67). Portanto, muitas são as conquistas que o ser humano adquire por meio da comunicação, também desse modo ele se torna o único capaz de fazer sua própria história.

Porém, essa capacidade pode reverberar no surgimento das desigualdades entre seus pares. Como afirma Strathern (2004, p. 15), “Isso significa que somos responsáveis por nossa condição (e, portanto, também somos responsáveis por sairmos dela). Quando nos comparamos com outras criaturas, vemos que nossa corrupção social nos transformou em miseráveis”. Todas as transformações/evoluções que ocorreram, desde o ser humano natural até o ser humano civilizado, refletiram na construção da vida em sociedade, o que para Rousseau resultou em um caminho sem retorno, quando pensado no estado de natureza do ser humano, garantindo assim a permanência da desigualdade.





Tal foi ou deve ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (ROUSSEAU, 1978, p. 270).

O discurso realizado pelo autor entre o ser humano natural e o ser humano civilizado, bem como todo o conjunto que o envolve (sociedade, propriedade, desigualdade, entre outros), sugere mudanças. Com efeito, para Rousseau (1978, p. 36), “[...] a passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava”. Assim, nota-se que tais mudanças sugeridas criam a necessidade do “contrato social” para aquela sociedade.

Um “contrato social” torna-se pertinente, uma vez que somente a partir dele é possível diminuir as desigualdades. Rousseau considera que um povo não pode estar preso ao seu governo, o que deve prevalecer é a vontade soberana (vontade geral) do povo, dada esta pelo contrato social ou pacto social como assim cita: “[...] o pacto social estabelece entre os cidadãos uma tal igualdade, que eles se comprometem todos nas mesmas condições e devem todos gozar dos mesmos direitos” (ROUSSEAU, 1978, p. 50). Não obstante, Rousseau (1978) também adverte que a noção de justiça e igualdade de direitos derivam da preferência de cada um, assim, a vontade geral deve ser considerada na essência e no objeto, para ser verdadeiramente geral. Duarte (2016) assevera que “a liberdade é, portanto, um processo social no qual se unem objetividade e subjetividade”.

Para Giolo (2008, p. 98), “[...] as regras da vida social, quando justas, não serão jamais compreendidas como antagônicas à liberdade. Serão vistas, até nos limites que impõem, como fomentadoras e guardiãs da liberdade”. Considerando que para a existência da liberdade esta deveria ser precedida da igualdade, Rousseau entende que com o contrato social, indubitavelmente o homem perde a sua liberdade natural, assim, com as leis estabelecidas pela sociedade, cria-se a igualdade de convenção (PAREDES, 2016). Com base no exposto, Sánchez (1994, p. 46 apud PAREDES, 2016, s/p) afirma que

A cláusula fundamental é a alienação dos direitos de cada associado a favor da comunidade, alienação que por ser total estabelece a igualdade formal para todos e assegura a liberdade de cada um ao ser protegida pela força da comunidade.

Compreende-se, portanto, que um povo alienado se conformaria com mais facilidades às leis que lhes foram impostas. Indica, dessa forma, que o conhecimento e a



conscientização política e educacional contribuiriam para a promoção da justiça, da igualdade e da liberdade. Não obstante, a defesa da liberdade, enquanto um dos valores fundamentais da educação, requer um direcionamento sustentado pelos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, a fim de evitar o reducionismo da liberdade para o campo individual e a concepção superficial dela (DUARTE, 2016).

A obra de natureza política *Do contrato social* aborda a proximidade entre liberdade e autoridade, indivíduo e Estado. Isso porque o Estado e a sociedade atuam como tutores dos direitos do indivíduo, sendo essa a condição que os homens possuem para expressar sua vontade comum e acreditam atuar com igualdade e liberdade. Para Saviani (2009, p. 77), “[...] em sua existência histórica nas condições atuais, educação e política devem ser entendidas como manifestações da prática social própria da sociedade de classes”, dito isso, compreende-se que o Estado utiliza-se de seus “aparelhos ideológicos” (SAVIANI, 2009, p. 20) para garantir o controle/autoridade e ao mesmo tempo proporcionar a sensação de liberdade. Assim, “[...] vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista” (SAVIANI, 2009, p. 21).

Nesse ínterim, tem-se que Rousseau anuncia em todas as suas obras a importância da sabedoria, das luzes, da educação, no sentido de apresentar como o conhecimento pode libertar o ser humano, como podemos ver no *Discurso sobre as ciências e as artes* “[...] eis como é belo instruir os homens” (ROUSSEAU, 2000, p. 197); no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, “[...] as novas luzes, que resultaram desse desenvolvimento, aumentaram sua superioridade sobre os demais animais, dando-lhe consciência dela” (ROUSSEAU, 1978, p. 261); e em *Do contrato social* “[...] então, das luzes públicas resulta a união do entendimento e da vontade do corpo social, daí o perfeito concurso das partes e, enfim, a maior força do todo” (ROUSSEAU, 1978, p. 56).

Portanto, como alicerce dessas ideias, aborda-se no próximo tópico a obra mais relevante para o campo educacional, intitulada *Emílio ou Da Educação*. Ademais, as obras *Do contrato social* e *Emílio ou Da Educação* foram escritas ao mesmo tempo pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, sendo que na primeira a narrativa sustenta-se numa abordagem política, na segunda, como o próprio título sugere, a temática central é a educação.

Saviani (2009, p. 77), em seu livro *Escola e democracia*, demonstra como a política e a educação caminham historicamente juntas “[...] em sua existência histórica nas condições atuais, educação e política devem ser entendidas como manifestações da prática social, [...] trata-se de uma subordinação histórica [...]”, ou seja, a educação está



subordinada à política e vice-versa. Desse modo, para uma melhor compreensão, exige-se que o leitor realize a leitura das obras em conjunto, tendo em vista que se complementam.

## CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO A PARTIR DA OBRA *EMÍLIO* OU DA EDUCAÇÃO

Na obra *Emílio ou Da Educação*, Rousseau expõe seu pensamento e ideias pedagógicas, utilizando-se de um personagem fictício e/ou literário, enfatizando a importância de uma educação de qualidade para a formação do homem enquanto cidadão. No entanto, para compreender a obra *Emílio*, é preciso entender a concepção de infância e educação vigente no século XVIII.

A concepção de infância se efetivou a partir da percepção de suas particularidades e singularidades, “[...] no decênio 1760-1770 é que, propriamente, surgiu e se estabeleceu de forma mais generalizada o sentimento terno e íntimo da infância e a clara representação do modelo familiar moderno” (OLIVEIRA, 2012, p. 14). A partir de então, os pais passaram a manifestar preocupação com a educação de seus filhos, condição ausente na sociedade da época.

Já a concepção de educação foi conduzida sobre os preceitos do Iluminismo, apoiando-se sobre a “[...] totalidade do homem empírico, acompanhando o desenvolvimento das suas forças, dos seus gostos e aspirações” (SUCHODOLSKI, 2002, p. 28). O pensamento de que o ser humano é naturalmente bom, e não cabe à educação ir contra o ser humano para formá-lo, surgiu com o Renascimento, mas foi com Rousseau e suas ideias que foi dado desenvolvimento, sobretudo com o seu tratado sobre educação que apresentou uma nova concepção para a pedagogia moderna (SUCHODOLSKI, 2002).

Para Oliveira (2012), Rousseau considera *Emílio* a melhor de suas obras, por vezes aplaudido no particular, foi, no entanto, publicamente repudiado, levando-o à condenação e ao exílio. O objetivo do autor para com a obra era apresentar seu conteúdo pedagógico, contendo nessa perspectiva um novo sistema educacional a ser examinado pelos doutos. “Tendo sido execrado oficialmente em Paris e em Genebra, ele conduziu o autor à condenação, obrigando-o à fuga e ao abandono de sua vida tranquila” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Na referida obra, Rousseau apresenta três fontes de educação:

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria



experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 1995, p. 11).

Nesse sentido, a relação entre a criança e a educação dada pela natureza é apresentada pela ação de fortalecimento e crescimento do corpo, ou seja, pelo desenvolvimento infantil. Assim, nesse processo é inserida a educação dos homens que ao considerar a condição de incapacidade da criança, pressupõe as intervenções e os ensinamentos dos adultos. Para tanto, Rousseau utiliza da evolução cronológica e divide sua obra em cinco partes ou fases, relacionando-as com o desenvolvimento da criança, em especial a aprendizagem, de maneira a conduzi-la à vida adulta como um bom cidadão.

Na primeira parte afirma que “[...] a educação começa com o nascimento; antes de falar, antes de compreender, ele já se instrui” (ROUSSEAU, 1995, p. 52). Romani e Rajobac (2011, p. 105) compreendem a primeira parte do Livro I, “[...] denominada ‘infância’ divide-se em primeira e segunda infância”, e os autores identificam a primeira infância como o período que compreende do nascimento até os dois anos, reconhecendo como a idade da necessidade. Rousseau (1995) demonstra que um homem abandonado a si mesmo seria desconfigurado, ficando sob a mãe a responsabilidade de educá-lo.

Na segunda parte da obra, a criança já sabe falar, e o autor descreve que a “[...] nossa mania pedante de educar é sempre de ensinar às crianças o que aprenderiam muito melhor sozinhas e esquecer o que somente nós lhes poderíamos ensinar” (ROUSSEAU, 1995, p. 59). O autor apresenta a relevância de considerar os interesses da criança, sobretudo a importância e necessidade da educação em aproximar os conhecimentos científicos aos saberes práticos da vida, destaca-se que essa ideia foi incorporada por seus seguidores, estando presente nos dias atuais. Para Romani e Rajobac (2011), Rousseau define essa fase como segunda infância ou idade da natureza, período dos dois aos doze anos, fase em que a criança entra em contato com a vida intelectual.

Rousseau (1995, p. 172), na terceira parte, denomina o período ainda como infância, pois, “[...] continuo a chamá-lo de infância, na falta de um termo mais adequado para exprimi-lo; porquanto, essa idade aproxima-se da adolescência sem ainda a da puberdade”. Compreendido entre os doze e os quinze anos, intervalo entre a vida infantil e juvenil, denominado idade da força, pois, “[...] para Rousseau, dos doze aos quinze anos, acontece um desequilíbrio entre as necessidades da criança e o desenvolvimento de suas forças” (ROMANI; RAJOBAC, 2011, p. 105). No campo da educação os autores acrescentam:

O educador deve ser um companheiro que desperte o interesse no educando para que possa sempre fazer novas descobertas, como, por exemplo, para aprender geografia, o preceptor e Emílio poderiam passear



pelos bosques onde descobririam a flora, a fauna e até mesmo a localização dos astros e dos pontos cardeais. Para Rousseau a motivação vem de dentro; do sentimento pelas coisas que acontecem na natureza (ROMANI; RAJOBAC, 2011, p. 106).

Rousseau (1995) demonstra que os pedagogos embora apresentem um grande aparato de instruções, utilizam-se de inúmeras palavras sem ter cuidado de escolher as que realmente seriam úteis às crianças. Desse modo, para Romani e Rajobac (2011), Rousseau evidencia uma nova maneira de ensinar, superando o conteúdo tradicional que encontravam nos livros, de modo que a proposta educacional contida relacionou a prática como um princípio fundamental de toda boa educação, formando cidadãos mais habilidosos, capazes de escolher uma profissão.

Com relação à fase seguinte, quarta parte do livro, Romani e Rajobac (2011) entendem o período entre os quinze e vinte anos, a idade da razão e das paixões. Rousseau (1995, p. 233) afirma que “[...] nascemos, por assim dizer, em duas vezes: uma para existirmos, e outra para vivermos; uma para a espécie e outra para o sexo”. Em outras palavras, essa fase representa um segundo nascimento, e para garantir a preparação de Emílio, o processo educacional deve ser alicerçado na primeira o maior tempo possível. Assim, pressupõe uma formação de homem que não subestima sua superioridade, sensato, orgulhoso de suas virtudes, conservando-lhe um gosto puro e sadio, capaz de promover discursos úteis, tornando-o sensível a todas as belezas da eloquência e da dicção (ROUSSEAU, 1995).

Para finalizar, Rousseau escreve a quinta parte ou Livro V, que Romani e Rajobac (2011, p. 105) afirmam que “Enfim, no quinto livro Emílio está na fase adulta, a qual compreende o período dos vinte aos vinte e cinco anos: é considerada como a ‘idade da sabedoria’. Por este caminho, Rousseau ilustra em sua obra o projeto de uma educação natural e social”. Rousseau (1995, p. 423) afirma ainda, “[...] eis que chegamos ao último ato da juventude, mas não ainda ao desenlace”. Aqui, ele anuncia que, embora tenhamos alcançado a última parte, não seria um breve fim e, neste momento, o autor faz alusão a uma mulher para Emílio, dando-lhe o nome de Sofia.

Em suma, Rousseau demonstra em Emílio que as crianças existem em um estado de natureza, análogo ao estado de natureza no qual a humanidade existiu antes da civilização. Do mesmo modo que a educação do ser humano natural foi restringida pela educação do homem, a qual o encaminhamento conduz para a vida em sociedade restringindo a identidade independente da criança (STRATHERN, 2004). Assim, após uma breve análise das obras, foi possível compreender que, para Rousseau, a verdadeira



finalidade da educação é ensinar a criança a viver e aprender a exercer a liberdade e tornar-se um bom cidadão, ainda assim, sem perder sua essência, sua pureza e estaria livre das amarras e do controle de outras pessoas, pertencentes aos grupos dominantes.

Lopes (2012, p. 85), ao abordar as concepções pedagógicas, situando-as na pedagogia da essência e da existência, aproxima-se das ideias de Rousseau em *Emílio* ao afirmar que “a pedagogia nova interpreta o homem adulto não mais como completo, por oposição à criança, incompleta, mas como ser incompleto desde o nascimento e inacabado até morrer”. Desse modo, ocorre a valorização do saber fazer, da experimentação, da atividade em detrimento do conteúdo, ao conhecimento e a ação de ensinar, ou seja, o professor fica em segundo plano.

Diante do exposto, o último tópico do presente trabalho conduz a discussão a fim de elucidar como as ideias de Rousseau rompem os séculos e permanecem vivas até a contemporaneidade, pois, “[...] de fato, é impossível deixar de reconhecer que Rousseau capturou, em sua essência, a transformação histórica que o capitalismo industrial e a ascensão da burguesia impunham à concepção social da infância de seu tempo” (OLIVEIRA, 2012, p. 28). E então, como suas ideias pedagógicas são disseminadas, propagadas e tornam-se o fio condutor permanecendo até a contemporaneidade. Para Strathern (2004), elas também influenciaram as transformações políticas dos dois séculos seguintes, pois tamanho foi o poder de seu pensamento.

## **ROUSSEAU: INFLUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Rousseau, em *Emílio*, conduz a narrativa de modo a apresentar um modelo de formação destinado a formar o bom cidadão, cujos preceitos relacionaram-se à liberdade e à individualidade, e nessa vertente o aluno se torna protagonista da sua aprendizagem. Segundo Strathern (2004), para Rousseau só é possível o ser humano alcançar um verdadeiro conhecimento da humanidade quando se torna ele mesmo, conseqüentemente não se perderia ao ser inserido na comunidade.

Embora o intervalo que separa os tempos contemporâneos e o século XVIII, época de Rousseau, represente aproximadamente dois séculos, Campato (2011) destaca-os como contemporâneo, pois envolve em seus escritos discussões e análises de problemas relativos à existência dos homens, os quais permeiam a sociedade atual.

Durante esse período, pensadores como Pestalozzi, Froebel e Claparède se alimentaram do *Emílio* para colocar em prática as ideias de Rousseau, consistindo-se um grande dilema para a ciência da educação e da pedagogia moderna, ao fazer distinção



entre teoria e prática e a necessidade da sua articulação (OLIVEIRA, 2012). O autor ainda complementa:

A relação entre o autor do *Emílio* e seus precursores – acima explicada – é, entretanto, do ponto de vista da história da pedagogia, mais tímida e discreta do que a relação entre ele e seus continuadores e críticos. Isso decorre do fato de que Rousseau, com seu tratado sobre educação, cria – ainda que inconscientemente – um tratado da pedagogia moderna; não, certamente, pela causa por que foi escrito, mas pelo efeito que produziu, como será mostrado adiante (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Esses delineamentos, aproximam-no das ideias dos pesquisadores do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, apresentando como membros Claparède e Piaget, com o movimento da Escola Nova, emanada da pedagogia da existência, produzindo a concepção da pedagogia nova “Essa concepção pedagógica se imbuíu da ideia de natureza humana, uma nova visão de homem, existencialista – a mutabilidade humana determinada pela existência” (LOPES, 2012, p. 85).

A concepção pedagógica da Escola Nova apresenta a experiência, o esforço pessoal, a autonomia como meio para alcançar o sucesso. Assim, o “saber fazer” destaca-se em detrimento do conhecimento científico, da práxis pedagógica, sustentada por um processo dialético. Práxis, por sua vez, é compreendida na medida em que o “[...] ser humano, em e pela sua atividade prática e transformadora produz, a um só tempo, objetos e a si mesmo, isto é, produz o próprio ser humano” (RIBEIRO, 2001, p. 13). Desse modo, a práxis, ao incorporar uma dimensão pedagógica, pressupõe a relação entre a prática e as finalidades que as orientam, ou seja, a relação teoria e prática.

Segundo Saviani (2009), o eixo da educação foi alterado de modo que as questões pedagógicas do intelecto, os aspectos lógicos, os conteúdos cognitivos do professor, do esforço, da quantidade e da disciplina, cederam espaço para questões relacionadas aos sentimentos, dos aspectos psicológicos, dos métodos ou processos pedagógicos, do aluno, do interesse, da espontaneidade, da qualidade, para o experimento. “Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o mais importante não é aprender, mas aprender a aprender” (SAVIANI, 2009, p. 8).

Nessa perspectiva, assim como os pressupostos de Rousseau postulam a formação do bom cidadão, autônomo e capaz de exercer sua liberdade, a Pedagogia do Aprender a Aprender também defendeu, e ainda defende, que aprender sozinho contribuiria para o aumento da autonomia do ser humano. Compreende-se, portanto, que a pedagogia do aprender a aprender, amplamente disseminada nos documentos oficiais para a educação contemporânea, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional



Comum Curricular (BNCC), “remete ao núcleo das ideias pedagógicas escolanovistas” (SAVIANI, 2013, p. 431).

Vale lembrar que tanto os PCN, publicados em 1997, quanto a BNCC, aprovada em 2017 para o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, foram elaborados como documentos normativos para a Educação Básica. No entanto, a diferença principal entre eles é que os PCN não tinham caráter de obrigatoriedade, como a BNCC.

Saviani (2013) acrescenta que o lema da Pedagogia do Aprender a Aprender foi amplamente disseminado a partir da década de 1990, com o relatório encomendado pela Unesco e coordenado por Jacques Delors, intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”, cujo escopo direciona a educação para o século XXI. “As justificativas em que se apoia a defesa do ‘aprender a aprender’, nos PCN, são as mesmas que constam no ‘Relatório Jacques Delors’: o alargamento do horizonte da educação que coloca para a escola exigências mais amplas” (SAVIANI, 2013, p. 433).

Tem-se, portanto, que os encaminhamentos pedagógicos alicerçados pela Pedagogia do Aprender a Aprender retiram do espaço educativo a importância do acesso aos conhecimentos históricos e a construção de novos conhecimentos pelo ser humano, também retira deles a possibilidade de emancipação e humanização, partindo do entendimento de que é pelo trabalho educativo que se humaniza o ser humano. “Se o trabalho educativo é entendido como humanização dos indivíduos e se ele ocorre no interior do processo histórico de desenvolvimento do gênero humano, a educação é uma prática no interior da prática social em seu todo” (DUARTE, 2016, p. 67).

Assim, Ribeiro (2001, p. 14) afirma:

Estou convencida também do fato de que sem uma tal reflexão não é possível a nós, educadores, entendermos, por outro lado, a dimensão educativa da prática humana, sem correr o risco de cair num outro tipo de reducionismo do entendimento de que a prática, pela prática é educativa, ou, como aparece muito frequentemente em formulações contextualizadas no universo conceitual da “Escola Nova”, de que a atividade pela atividade é educativa.

Percebe-se em Saviani (2009), Duarte (2016) e Ribeiro (2001) a importância do trabalho educativo para a apropriação dos conhecimentos históricos e da cultura mais elaborada, para a garantia da democratização do conhecimento. Destaca-se, portanto, que “tal mediação consiste em processo intencional e sistemático de ensino [...]” (DUARTE, 2016, p. 59).

Saviani (2009) demonstra que a prática pedagógica contribui de modo peculiar para a democratização da sociedade, na medida em que esta passa a ser compreendida e se





coloca a questão da democracia relativamente à natureza própria do trabalho pedagógico. Em outras palavras, o professor precisa compreender o ponto de partida e o ponto de chegada, pois, sem essa compreensão, o processo cai no espontaneísmo, no individualismo, na prática pela prática, aspectos próprios da teoria da Escola Nova.

Pode-se encontrar nos PCN, assim como na BNCC, as ideias de Rousseau ao propor métodos para despertar na criança o interesse, a motivação e a autonomia. O autor apresenta a ideia de que “para que uma criança se acostume a ser atenta, e se impressione com alguma verdade sensível, é bem preciso que esta lhe dê alguns dias de inquietação antes que a descubra” (ROUSSEAU, 1995, p. 178). Desse mesmo modo, os PCNs enfatizam que:

[...] considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (BRASIL, 1997, p. 27).

Outro aspecto que aproxima as ideias de Rousseau e os documentos contemporâneos, envolve a liberdade e a autonomia da criança/estudante, pois, ao propor os encaminhamentos para a formação de Emílio, o autor destaca que “Primeiramente pensai bem em que raramente vos cabe propor-lhe o que deve aprender; ele é que deve desejá-lo, procurá-lo, encontrá-lo; a vós a tarefa de fazer nascer habilmente o desejo e de fornecer-lhe os meios de satisfazê-lo” (ROUSSEAU, 1995, p. 192). Nesse mesmo sentido, a BNCC inclui como competência,

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p. 9, grifos nossos).

A autonomia apresentada por Rousseau e pela BNCC também se insere na fundamentação dos PCN, destacando o aluno como centro do processo, considerando este um “[...] ser livre, ativo o curioso” (BRASIL, 1997, p. 33). Nesse contexto, o aluno passa a ser visto como sujeito de sua própria formação, exigindo um método em que o estudante desperta seu interesse, descobre e experimenta.

Por fim, ideias correlatas à concepção de Rousseau ao abordar a educação das crianças, que culminaria na formação, possuem características próprias, podem tomar decisões, ter atitudes e, em consonância ao contido na BNCC, ter seus hábitos de modo a “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e



determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p. 9, grifos nossos). E somado ao abordado, os conhecimentos e procedimentos articulam-se de maneira que as tomadas de decisão resultem em ações que expressem um saber fazer – útil e instrumental, para tanto “não mostreis nunca à criança nada que ela não possa ver. [...]. Pensando naquilo que lhe pode ser útil noutra idade, não lhe faleis senão do que ela vê como útil desde já” (ROUSSEAU, 1995, p. 199). Nessa vertente, observa-se, em muitos momentos, as ideias de Rousseau nos documentos contemporâneos para a educação brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados, compreende-se, mesmo que brevemente, a relevância dos escritos de Jean-Jacques Rousseau para a educação, com destaque para o *Discurso sobre as ciências e as artes*, o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, *Do contrato social* e, por fim, o *Emílio ou Da Educação*. Destaca-se, ainda, a percepção de suas influências na história da Educação, seus impactos nas correntes pedagógicas e nas gerações de intelectuais dos séculos seguintes, até a contemporaneidade.

Torna-se mais evidente ainda que Rousseau, como um ilustre escritor iluminista do século XVIII, incorporou conceitos próprios em suas obras para o desenvolvimento de uma consciência individualista e autônoma, por meio do conhecimento, da educação e da ciência. Fatos esses, característicos dos ideais do pensamento iluminista, compreendendo que o homem, ao se dotar de conhecimento, seria capaz de libertar-se da ignorância.

Assim, os pressupostos básicos das obras de Rousseau envolvem a liberdade, a igualdade, a política, a sociedade, a educação, dentre outros. Em *Discurso sobre as ciências e as artes*, o elemento mais importante que o autor apresenta é o retorno à natureza, consistindo essa na visão do autor de que a ciência e as artes, da forma que estava posta, contribuiria para a digressão do homem.

No *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Rousseau apresenta o homem enquanto ser social, constituindo esse como elemento mais importante, assim como a necessidade de um contrato social a fim de diminuir as desigualdades no trabalho *Do contrato social*. Rousseau considera que um povo não poderia estar preso ao seu governo, o que deveria prevalecer era a vontade soberana (vontade geral) do povo, dada esta pelo contrato social ou pacto social.

Não menos importante, em *Emílio ou Da Educação*, Rousseau confere com afinco o



valor pedagógico, valores esses que na concepção do autor contribuiria para a formação de um bom cidadão. Destaca-se que Rousseau influenciou não apenas a sociedade e a educação da época, como deixou significativas contribuições para a história da Educação, impactando nas ideias pedagógicas, assim como as gerações de intelectuais dos séculos seguintes perdurando até a atualidade.

Nas palavras de Campato (2011, s/p), “[...] seja como for, as peças estão postadas sobre o tabuleiro. Não podemos, contudo, nos limitar aos movimentos propostos pelo autor. Cada época histórica, à luz de circunstâncias específicas, deve determiná-los [...]”. Nesse ínterim, compreende-se, portanto, as implicações das correntes pedagógicas contemporâneas para a formação do ser humano, de modo a distanciar o mesmo da democratização do conhecimento. Ainda em tempo, vale destacar que, como o próprio título sugere, a função do presente trabalho foi realizar uma breve análise das principais obras de Jean-Jacques Rousseau, e relacionar algumas ideias do autor com os documentos norteadores da educação brasileira contemporânea. Obviamente, não se esgotam aqui as discussões, possibilitando novos estudos e maiores aprofundamentos da vida e da obra de Rousseau e suas influências na educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPATO, R. F. Rousseau, nosso contemporâneo. **Revista Pandora Brasil**, n. 28, mar. 2011.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

ESPÍNDOLA, A. Jean-Jacques Rousseau: Ciência, Progresso, e Corrupção Moral. **Argumentos**, ano 4, n. 8, 2012. p. 89-101.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOLO, J. Rousseau, a Lei e a Educação. In: DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDE, E. A.; MUHL, E. H. (Orgs). **Filosofia e Pedagogia**: aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 79-108.

LOPES, R.M.G.P. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. In: PIMENTA, S.G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 73–97.



MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

OLIVEIRA, F.B. O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia. **Filosofia e Educação**, v. 4, n. 2, out. 2012. p. 7-33.

PAREDES, W. P. **O dilema da liberdade e igualdade do homem segundo Rousseau**. 2016. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~jmarques/gip/AnaisColoquio2005/cd-pag-texto-43.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

RIBEIRO, M.L.S. **Educação escolar**: que prática é essa? 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANI, S.; RAJOBAC, R. Iluminismo pedagógico: educação e adolescência no Livro III do Emílio de Rousseau. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-Pr, n. 125, out. 2011.

ROUSSEAU, J. J. **Rousseau**: os pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução Lourdes Santos Machado. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso Sobre as Ciências e as Artes**. Tradução Editora Globo S. A. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STRATHERN, P. **Rousseau em 90 minutos**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2002.

**Artigo recebido em:** 19 de junho de 2021.

**Aceito para publicação em:** 23 de junho de 2021.

**Manuscript received on:** June 19, 2021

**Accepted for publication on:** June 23, 2021

